

ORÇAMENTO DO ESTADO 2018

A força do Bloco faz a diferença

O papel do Bloco de Esquerda foi determinante para garantir que, em 2018, o país prosseguia um caminho de devolução de rendimentos e de justiça social.

PENSÕES



Reformas com nova subida e atualização extraordinária
3,6 milhões de pensões atualizadas em janeiro
Aumento das pensões até 643€, entre seis a dez euros, em agosto

APOIOS SOCIAIS



Fim do corte de 10% no subsídio de desemprego
Aumento do Abono de Família
Anulação do corte de 25% no Rendimento Social de Inserção
Complemento Solidário para idosos alargado a reformas antecipadas

TRABALHO



Horas extra pagas por inteiro
Novos escalões no IRS, menos carga fiscal para a maioria das famílias
Isenção do pagamento de IRS para quem ganhe menos de 8980 euros anuais

RECIBOS VERDES: Novo regime de contribuições traz mais proteção social



Quem trabalha a recibos verdes verá ao longo deste ano a entrada em vigor das regras para o novo regime de contribuições para a Segurança Social.

nham, tendo em conta o rendimento no último trimestre e não no último ano. As empresas assumem uma fatia maior dos descontos e a taxa cobrada ao trabalhador desce de 29.5% para 21.4%. Com o fim dos atuais escalões, a contribuição incide sobre 70% do rendimento, com a possibilidade de ser aumentado ou diminuído em 25% por vontade do trabalhador. O período de descontos para ter acesso ao subsídio de

desemprego passa de dois para um ano, se a entidade contratante for responsável por 50% do rendimento do trabalho, em vez dos 80% atuais. O subsídio de doença passa a poder ser requerido ao 10º dia e introduz-se o acesso ao subsídio para acompanhamento a filhos, como acontece para quem trabalha por conta de outrem. Quem tem dívidas à Segurança Social deixa de estar excluído das prestações sociais.

5 PROPOSTAS

para tirar a troika do Código do Trabalho

O Bloco de Esquerda apresentou cinco projetos de lei para combater o abuso patronal nas relações laborais:

1. Acabar com contratos a prazo para funções permanentes.

Boa parte do emprego criado nos últimos anos envolve contratos a termo, mesmo quando correspondem a necessidades permanentes da empresa empregadora.

2. Fim do banco de horas individual.

Desde 2012, o regime de banco de horas deixou de ser aplicado fora da negociação coletiva e passou a ser aplicado mesmo sem o acordo escrito do trabalhador ou quando este o recusou.

3. Reverter os cortes nas horas extra e regresso do descanso compensatório.

O valor pago pelas horas de trabalho suplementar foi cortado para metade pelo governo PSD/CDS em 2012. O descanso compensatório relativo a essas horas, que correspondia a 25% do tempo, foi eliminado.

4. Retomar o valor das indemnizações por despedimento.

Os cortes nas compensações para quem perdeu o emprego passou de 30 dias por ano de serviço para 12 dias.

5. Acabar com o "despedimento por inadaptação".

Esta figura introduzida na lei em 2014 tem servido para o aumento da pressão e assédio laboral, é arbitrária e não assenta em nenhum critério objetivo para além da vontade patronal em afastar o trabalhador.

Resgatar os CTT aos privados, cumprir o serviço público

A administração dos CTT pretende encerrar mais 22 estações de correios e despedir 1000 trabalhadores.



Desde que o governo do PSD/CDS privatizou a empresa, a qualidade do serviço caiu a pique, ao ponto do regulador aplicar multas à empresa por não assegurar o patamar mínimo das suas obrigações contratuais no serviço público postal.

Com a privatização, vieram os despedimentos, com prejuízo para os trabalhadores e os utentes: os atrasos na distribuição de correio são constantes. Há correspondência nacional a demorar 15 dias úteis a chegar ao destino e correio registado a ser entregue cinco dias úteis

após o envio. Para o Bloco de Esquerda, este é o momento de acionar a cláusula que permite trazer a empresa de volta à gestão pública. O serviço público postal é um pilar do desenvolvimento do país, da qualidade de vida das populações e da coesão territorial. Defender o

regresso dos CTT à gestão pública é parar esta degradação da oferta de serviços e reforçar a empresa com os trabalhadores de que necessita para voltar a fazer dos CTT um exemplo internacional de prestação de um serviço postal de excelência.



2005 - 2013
CTT dão 500 milhões de lucro ao Estado

2011
PSD, PS e CDS inscrevem privatização dos CTT no memorando da troika.

2013
PSD e CDS entregam CTT à Goldman Sachs, Deutsche Bank e Unicredit. Hoje, o maior acionista dos CTT é Manuel Champalimaud.

2013-2016
Serviço Postal piora radicalmente
Encerramento de mais de 130 balcões
Perda de centenas de trabalhadores
274 milhões de euros em dividendos aos acionistas
Administrador dos CTT Francisco Lacerda ganha mais de 3 mil euros por dia

história de um assalto milionário

2016
Entrega de 74 milhões aos acionistas, apesar dos lucros serem só de 62 milhões

2017
Administração anuncia o encerramento de 22 balcões e despedimento de 1000 trabalhadores.

O Bloco propõe:

- :: Resgatar os CTT para a esfera pública
- :: Garantir Serviço Postal de Qualidade em todo território nacional
- :: Reabertura dos balcões encerrados
- :: Fim dos despedimentos e readmissão dos trabalhadores despedidos

